

A inflação disparada, as greves no setor público e as repercussões internas desfavoráveis da faustosa viagem internacional de Sarney e imensa comitiva têm gerado o clima propício a que *chovam* propostas de "soluções institucionais" de todos os lados. De repente é o "cientista político" Hélio Jaguaribe — que julgávamos devidamente arquivado com o vetusto Iseb — que se veste de Cassandra para alardear que o retrocesso institucional é "irreversível", que não escaparemos de mais um golpe militar; é o ex-ministro e deputado Delfim Neto que se torna um parlamentarista radical, chegando a afirmar que não nos livraremos da hiperinflação se não adotarmos o parlamentarismo *já*; é o senador José Richa que não vê também outra saída além do parlamentarismo *já*, a ser submetido a referendo popular na mesma data das eleições municipais — no próximo dia 15 de novembro; é o deputado Luís Inácio Lula da Silva e é o governador Miguel Arraes que pretendem de qualquer maneira antecipar as eleições presidenciais. De todos os lados, enfim — quer dizer, da direita, da esquerda e até do centro — percebe-se a generalizada ansiedade por soluções *institucionais* novas.

Todos já parecem esqueci-

dos de que há poucos dias foi promulgada uma Constituição que, boa ou ruim, nasceu de uma Constituinte legítima e soberana. Essa Constituição, em boa ou má hora, adotou o regime presidencialista e recusou expressamente o parlamentarista. Também essa Constituição *decidiu* pelo mandato de cinco anos para José Sarney, independentemente do *custo ético* que poderia ter significado tal decisão. Então, como rasgar de imediato algumas páginas da Constituição recém-promulgada? E o que é o mais importante: como rasgá-la preservando o Estado de Direito recém-implantado, a democracia recém-reconstruída (se é que *já* o foi)?

Para muitos pode parecer a coisa mais fácil do mundo mudar as regras do jogo no meio do jogo, se o jogo está ruim. Na verdade, essa tem sido a triste tradição dos povos latino-americanos. Se um governo está ruim, não se espera para *mudar* o governo pela via da sucessão eleitoral: parte-se para a mudança do regime. A Constituição, o Estado de Direito e consequentemente a democracia dos Estados Unidos da América não sucumbiram nem a uma guerra civil que ensanguentou aquele país. Mas aqui, os regi-

mes de governo e as Constituições não costumam resistir às taxas inflacionárias ou às extravagâncias de imaturos guindados ao poder.

Um outro traço característico nosso — e esse bem mais brasileiro do que próprio de nossos vizinhos e irmãos de subdesenvolvimento político — é o que leva os civis, sempre os civis, a se tornarem os maiores arautos dos golpes militares. Por vezes a sinistrose ou o catastrofismo do "retrocesso institucional" tem objetivos puramente eleitorais. Pretende ser uma espécie de linguagem de "choque" destinada a comover os assustadiços. Lembremo-nos de que durante todo o período do autoritarismo excepcional foi ela usada pelos líderes políticos monitorizados pelo sistema militar, para a quebra de eventuais resistências e aumento de submissão legislativa ao Planalto. Por vezes esses vaticínios mal-assombrados partem apenas de uma renitente busca (ou recuperação) de notoriedade, o que acreditamos ser o caso do sr. Hélio Jaguaribe. A verdade, porém, é que apesar de tantos políticos e intelectuais estarem insuflando, direta ou indiretamente, os militares, as Forças Armadas do País continuam tranqüilamente *engaja-*

das no processo de democratização. Não se percebe, da parte dos chefes e líderes militares, nenhuma tendência no sentido de quebrar mais uma vez o regime constitucional vigente para instalar entre nós um regime de força, igual aos que monotona-mente têm se sucedido nesta parte do mundo.

Para se construir uma verdadeira democracia é preciso muita paciência. Os que só vêem possibilidade de tirar o Brasil da crise e evitar uma "convulsão social" — para usar uma das frases preferidas da retórica de hoje em dia — com uma mudança institucional *já* estão sendo ingênuos ou irresponsáveis. Ingênuos se imaginam que a simples introdução do parlamentarismo ou a simples antecipação das eleições presidenciais resolveria os problemas graves (econômicos, sociais, políticos) que o Brasil de hoje enfrenta, e irresponsáveis se, embora sabendo que as coisas são bem diferentes, não abrem mão do "choque" da demagogia retórica, por desconfiarem de que este pode gerar *parvulos* dividendos eleitorais.

Mas enquanto isso... e o Brasil, como fica? Ora, diriam os políticos e quem sabe os "cientistas" políticos, não entremos exageradamente em detalhes...